

Relatório Anual 2015

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão
Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri
ABCD PR/SP**



**Diretoria Executiva de TI e Operações
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria**



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP
Palotina - PR

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para as notas explicativas n.º 1 - Contexto Operacional e n.º 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis que descrevem a aprovação e a incorporação da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Transportadores de Cargas Filados aos Sindicatos Integrantes da FetceSP - Federação das Empresas de Transportes de Cargas do Estado de São Paulo - Sicredi Fetcoop SP, razão pela qual as demonstrações contábeis não estão sendo apresentadas com os valores correspondentes à data base 31 de dezembro de 2014. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2016.



Joelson de Siqueira de Souza
Contador - CRC - PR 051818/O-7
CNAI 2481

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, bem como das atividades e ações desenvolvidas no exercício de 2015 na Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP.

1. Situação Econômico-Financeira e Patrimonial

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a "transparência na gestão", esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP encerrou o exercício de 2015 com ativos totais de R\$ 1.209.352 mil, destacando-se:

I - Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizaram, em dezembro de 2015, R\$ 607.249 mil

A classificação da carteira por níveis de risco, que abrange além das operações mencionadas no parágrafo anterior, as operações relativas a outros créditos, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Em dezembro de 2015, as operações classificadas como "risco normal", que abrangem os níveis "A" até "C", somaram R\$ 545.207 mil, representando 86,95% do total da carteira. As operações classificadas como "risco 1", que incluem os níveis "D" a "G", totalizaram R\$ 65.305 mil, compondo 10,41% da carteira. O "risco 2", formado exclusivamente por operações de nível "H" e que exigem 100% da provisão, totalizou R\$ 16.527 mil, ou 2,64% do total (NE 06c).

II - Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados formados pelo total de depósitos, convênios, arrecadações e patrimônio líquido, totalizaram R\$ 878.147 mil em dezembro de 2015.

O saldo de depósitos a prazo atingiu o valor de R\$ 570.756 mil. Os depósitos à vista alcançaram o valor de R\$ 124.416 mil.

III - Patrimônio Líquido

A Cooperativa registrou em dezembro de 2015 um patrimônio líquido de R\$ 181.732 mil.

2. Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à incorporação, em conformidade com o disposto no art. 12 da Res. CMN nº 4.434/2015.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central foram alcançadas na totalidade, permanecendo acima da meta estimada, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	65.425	86.946
Carteira de Crédito *	404.219	570.861
Depósitos	491.695	695.172
Patrimônio Líquido	129.794	181.732
Capital	45.330	89.120
Resultado Antes das Destinações	19.330	38.949
Rentabilidade do PL	15,09%	21,43%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

3. Controles Internos e Compliance

O Sicredi está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face a complexidade dos serviços e produtos ofertados e a crescente demanda por parte dos associados. Com a implantação de políticas, procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento, a Instituição busca assegurar a conformidade com leis e regulamentos, prevenir e reduzir riscos inerentes as atividades exercidas no seu campo de atuação.

A política de controles internos estabelece diretrizes que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento do sistema de controles internos com os objetivos fixados pela Instituição relacionados as estratégias globais do negócio e as demais políticas institucionais. Da mesma forma, as atividades de controles são avaliadas sistematicamente assegurando a observância quanto às regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras.

4. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo - PLD/CFT

O Sicredi adota processos e sistemas específicos de prevenção, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Atentos à legislação e às normas dos órgãos reguladores, buscamos constantemente adequar-nos aos novos procedimentos exigidos, especialmente em atendimento à Circular nº 3.461/09 e Cartas-Circulares nº 3.409/09, nº 3.430/10 e nº 3.542/12 do Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, a instituição mantém investimentos em treinamentos contínuos para todos os colaboradores a fim de reforçar as melhores práticas de controles internos.

5. Gerenciamento de Riscos

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas.

Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi S.A, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central do Brasil.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicredi possui estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e com a dimensão da exposição ao risco de mercado do Sistema.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos.

A estrutura de risco de mercado estabelece as metodologias destinadas a mensurar e monitorar a exposição ao risco de mercado, tanto para as operações incluídas na Carteira de Negociação quanto para as demais posições, as quais abrangem todas as fontes relevantes de risco de mercado.

Estas metodologias, definidas seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor e alinhadas às melhores práticas de mercado, consideram a natureza das operações, a segregação das carteiras, o nível de complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado de cada Entidade do Sistema, incluindo:

- Valor em Risco (VaR);
- Teste de Estresse de Mercado;
- Teste de Estresse de Crédito Privado;
- Sensibilidade;
- GAPs por Fator de Risco;
- Duration;
- Teste de Aderência (Backtest).

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicredi possui estrutura de gerenciamento do risco de liquidez compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e com a dimensão da exposição ao risco de liquidez do Sistema.

O gerenciamento do Risco de Liquidez do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos. Os instrumentos de gestão do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Fluxo de Caixa;
- Limites Operacionais;
- Demonstrativo do Risco de Liquidez (DRL);
- Plano de Contingência;

Adicionalmente, para as cooperativas singulares, calcula-se um nível mínimo de liquidez como o percentual a ser aplicado sobre a base total diária de depósitos. Tais recursos devem ser mantidos na centralização financeira, sob a administração do Banco. O nível mínimo de liquidez é composto pela soma de quatro parcelas que abrangem as principais fontes de risco potenciais:

- Volatilidade dos depósitos;
- Concentração de recursos;
- Crédito pré-aprovado;
- Coobrigações e repasses.

IV - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi S.A responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

V - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2015
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP
CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

ATIVO		31/12/2015	PASSIVO		31/12/2015
CIRCULANTE		1.031.841	CIRCULANTE		464.112
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	12.139	DEPÓSITOS	(NOTA 10)	162.523
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		524.465	Depósitos à Vista		124.416
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		21	Depósitos a Prazo		38.107
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural		477	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		231.495
Correspondentes no país		2.418	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		902
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	521.549	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 11)	230.593
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	461.542	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		1.243
Operações de Crédito		486.674	Recursos em Trânsito de Terceiros		1.243
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(25.132)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 12)	11.223
OUTROS CRÉDITOS		31.977	Empréstimos País - Outras Instituições		11.223
Créditos por Avals e Fianças Honrados		94	OUTRAS OBRIGAÇÕES		57.628
Rendas a Receber		4.147	Cobrança e Arrecadação de Tributos		222
Diversos	(NOTA 07)	28.908	Sociais e Estatutárias		2.784
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(1.172)	Fiscais e Previdenciárias		4.277
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	1.718	Diversas	(NOTA 13)	50.345
Outros Valores e Bens		1.074			
Despesas Antecipadas		644			
NÃO CIRCULANTE		177.511	NÃO CIRCULANTE		563.508
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		126.595	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		563.508
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	16.382	DEPÓSITOS	(NOTA 10)	532.649
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		16.382	Depósitos a Prazo		532.649
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	109.319	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		16.920
Operações de Crédito		120.575	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 11)	16.920
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(11.256)	OUTRAS OBRIGAÇÕES		13.939
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07)	816	Diversas	(NOTA 13)	13.939
Diversos		816			
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	78			
Despesas Antecipadas		78			
PERMANENTE		50.916	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		181.732
INVESTIMENTOS	(NOTA 09a)	29.438	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 15)	89.120
Outros Investimentos		29.438	De Domiciliados no País		89.398
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 09b)	14.548	(Capital a Realizar)		(278)
Outras Imobilizações de Uso		22.096	RESERVAS DE SOBRAS		85.664
(Depreciação acumulada)		(7.548)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		6.948
INTANGÍVEL	(NOTA 09b)	6.930			
Outros Ativos Intangíveis		11.069			
(Amortização acumulada)		(4.139)			
TOTAL DO ATIVO		1.209.352	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.209.352

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP
CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

Descrição das contas	Resolução CFC Nr.1.013/05		Cosif	Resolução CFC Nr.1.013/05		Cosif
	01/07/2015 a 31/12/2015			01/01/2015 a 31/12/2015		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	72.492	2	72.494	132.857	3	132.860
Operações de Crédito	72.393	2	72.395	132.716	3	132.719
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	56	-	56	55	-	55
Resultado das Aplicações Compulsórias	43	-	43	86	-	86
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(56.770)	(628)	(57.398)	(98.782)	(1.044)	(99.826)
Operações de Captação no Mercado	(32.256)	(47)	(32.303)	(55.676)	(74)	(55.750)
Operações de Empréstimos e Repasses	(8.250)	(581)	(8.831)	(16.251)	(970)	(17.221)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(16.264)	-	(16.264)	(26.855)	-	(26.855)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15.722	(626)	15.096	34.075	(1.041)	33.034
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.464)	5.978	4.514	(8.691)	8.600	(91)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	6.077	6.421	12.498	11.445	11.760	23.205
Rendas de Tarifas Bancárias	6.613	1	6.614	11.571	1	11.572
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(20.566)	(1.430)	(21.996)	(39.849)	(2.349)	(42.198)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(19.622)	(2.341)	(21.963)	(37.451)	(3.906)	(41.357)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(54)	(323)	(377)	(193)	(595)	(788)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 18)	37.778	4.232	42.010	66.919	4.629	71.548
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 19)	(11.690)	(582)	(12.272)	(21.133)	(940)	(22.073)
RESULTADO OPERACIONAL	14.258	5.352	19.610	25.384	7.559	32.943
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(421)	(4)	(425)	6.007	(1)	6.006
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	13.837	5.348	19.185	31.391	7.558	38.949
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	13.837	5.348	19.185	31.391	7.558	38.949
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	7.558	(7.558)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	13.837	5.348	19.185	38.949	-	38.949
DESTINAÇÕES	-	-	-	(32.001)	-	(32.001)
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 15b)	-	-	-	(6.900)	-	(6.900)
Fates - Estatutário (Nota 15c)	-	-	-	(1.158)	-	(1.158)
Reserva Legal - Estatutária (Nota 15 c)	-	-	-	(15.054)	-	(15.054)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.500)	-	(2.500)
Reserva Legal - Doação SFG (Nota 16)	-	-	-	(6.389)	-	(6.389)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	6.948	-	6.948

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP
CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	68.138	66.893	7.290	142.321
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	7.266	-	(7.266)	-
Outras destinações	-	-	(24)	(24)
Saldo de Incorporação	6.588	1.191	(6.363)	1.416
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.489	-	-	3.489
Baixas de capital	(3.128)	-	-	(3.128)
Reversões de reservas	-	(6.363)	6.363	-
Resultado do período	-	-	38.949	38.949
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário (Nota 15 c)	-	-	(1.158)	(1.158)
Reserva Legal - Estatutária (Nota 15 c)	-	15.054	(15.054)	-
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 15b)	6.767	-	(6.900)	(133)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.500	(2.500)	-
Reserva Legal - Doação SFG (Nota 16)	-	6.389	(6.389)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	89.120	85.664	6.948	181.732
Mutações do Período	20.982	18.771	(342)	39.411
Saldos no início do período em 01/07/2015	81.563	61.830	19.655	163.048
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.206	-	-	2.206
Baixas de capital	(1.416)	-	-	(1.416)
Reversões de reservas	-	(109)	109	-
Resultado do período	-	-	19.185	19.185
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário (Nota 15 c)	-	-	(1.158)	(1.158)
Reserva Legal - Estatutária (Nota 15 c)	-	15.054	(15.054)	-
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 15b)	6.767	-	(6.900)	(133)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.500	(2.500)	-
Reserva Legal - Doação SFG (Nota 16)	-	6.389	(6.389)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	89.120	85.664	6.948	181.732
Mutações do Período	7.557	23.834	(12.707)	18.684

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP
CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

	01/07/2015 a 31/12/2015	01/01/2015 a 31/12/2015
RESULTADO DO EXERCÍCIO AJUSTADO	23.295	46.959
Resultado do exercício	19.185	38.448
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	4.110	8.511
(Reversão) Provisão para operações de crédito	3.191	6.315
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	48	44
Depreciação do imobilizado de uso	1.594	1.688
Amortização do intangível	595	987
Baixas do ativo permanente	82	848
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	932	445
Destinações ao FATES	(1.158)	(1.158)
Dividendos SicrediPar	(1.174)	(658)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	13.223	115.136
(Aumento) Redução em direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	8.109	(7)
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(354)	138
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(330)	(636)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(30.435)	(40.516)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(24.943)	2.230
(Aumento) Redução em outros créditos	(3.415)	(7.144)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(256)	(1.288)
Aumento (Redução) em depósitos	40.149	144.515
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	38	156
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	752	280
Absorção de dispêndios pelo FATES	(208)	(1.215)
(Redução) Aumento em outras obrigações	24.116	18.623
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	36.518	162.095
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(16.383)	(16.382)
Aquisição de Investimentos	-	1
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.489)	(5.795)
Aplicações no Intangível	(1.682)	(3.462)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(20.554)	(25.638)
Integralização de capital	2.206	3.527
Baixa de capital	(1.416)	(3.704)
Juros ao capital próprio	(133)	(133)
Distribuição de Sobras	-	(24)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	657	(334)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	16.621	136.123
Caixa e equivalente de caixa no início do período	517.067	397.565
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	533.688	533.688

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 08/10/1988 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

Os associados em Assembleia Geral Extraordinária conjunta realizada no dia 14/03/2015, ante a necessidade de ganho de escala para garantir a competitividade, crescimento da base de associados, redução dos custos operacionais e manutenção da rentabilidade, autorizaram a sociedade incorporar a Cooperativa de Crédito Mútuo dos Transportadores de Cargas Filiados aos Sindicatos Integrantes da FetceSP - Federação das Empresas de Transportes de Cargas do Estado de São Paulo - Sicredi Fetcoop SP.

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas e a do Sicredi. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança). Além disso, o uso de recursos dos Fundos implica na majoração dessas contribuições mensais.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações da Lei Complementar nº 130/09 e às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central do Brasil – Bacen, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já recepcionados pelo Bacen: CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), CPC 03 (Demonstração dos fluxos de caixa), CPC 05 (Divulgação sobre partes relacionadas), CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), CPC 24 (Eventos subsequentes) e CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes). Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 10 de fevereiro de 2016.

a) Incorporação da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Transportadores de Cargas Filiados aos Sindicatos Integrantes da FetceSP - Sicredi Fetcoop SP

Devido à incorporação da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Transportadores de Cargas Filiados aos Sindicatos Integrantes da FetceSP - Federação das Empresas de Transportes de Cargas do Estado de São Paulo - Sicredi Fetcoop SP, as demonstrações contábeis não apresentam de forma comparativa os valores correspondentes ao exercício de 2014, devido a não consolidação dos saldos contábeis do exercício anterior.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro rata” dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Permanente" item "b", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Permanente" item "b".

k) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

l) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2015
Disponibilidades	12.139
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	521.549
Total	533.688

valores em milhares de Reais

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	16.382	16.382
Total das Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	16.382	16.382

valores em milhares de Reais

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e títulos descontados	224.201	79.811	304.012
Financiamentos	22.095	23.598	45.693
Financiamentos rurais e agroindustriais	240.378	17.166	257.544
Carteira total	486.674	120.575	607.249

valores em milhares de Reais

b) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2015			Total da Carteira
		A vencer			
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Pessoas Físicas	8.012	49.383	64.401	62.351	184.147
Rural	907	24.274	215.197	17.166	257.544
Industrial	938	10.850	4.040	2.900	18.728
Comércio	2.994	28.291	24.314	19.399	74.998
Outros Serviços	3.301	30.998	18.774	18.759	71.832
Total	16.152	143.796	326.726	120.575	607.249

c) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para operações de Crédito
		31/12/2015		31/12/2015
Nível A	0,50		350.194	1.751
Nível B	1,00		150.766	1.508
Nível C	3,00		44.247	1.327
Nível D	10,00		34.170	3.417
Nível E	30,00		16.928	5.079
Nível F	50,00		10.072	5.036
Nível G	70,00		4.135	2.895
Nível H	100,00		16.527	16.527
Total (i)			627.039	37.540

valores em milhares de Reais

Em abril/2015, implantou-se nova metodologia de classificação de risco de crédito no Sicredi, com o objetivo de reduzir processos operacionais, bem como auferir maior acurácia e eficiência no processo de provisão para devedores duvidosos. A nova metodologia é baseada em abordagem estatística, considerando testes e estudos quantitativos das perdas históricas da carteira de crédito, objetivando estabelecer o volume adequado de provisão para a perda esperada do portfólio.

De acordo com o CPC 23 apresentamos a mudança na estimativa contábil da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP a qual registrou um aumento de provisão para operações de crédito de 9,37% em relação a metodologia anterior. A comparação com o exercício anterior encontra-se no quadro acima.

(i) Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total
Avais e Fianças Honradas	94	-	94
Devedores por compra de valores e bens	-	814	814
Títulos e créditos a receber	18.880	2	18.882
Total	18.974	816	19.790

valores em milhares de Reais

d) Operações renegociadas e em prejuízo

Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99, artigo 11º, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

Operações	31/12/2015
Renegociadas	35.945
Lançadas contra prejuízo (i)	33.317
Recuperadas de prejuízo (i)	4.468

valores em milhares de Reais

(i) Os saldos apresentados estão atualizados com os juros contratuais e encargos de inadimplência.

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Créditos - Diversos	31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	175	-	175
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	3.574	-	3.574
Devedores por compra de valores e bens	-	814	814
Devedores por depósitos em garantia	2.845	-	2.845
Impostos e contribuições a compensar	765	-	765
Títulos e créditos a receber	18.880	2	18.882
Devedores diversos - País	2.669	-	2.669
Total	28.908	816	29.724

valores em milhares de Reais

(i) O saldo da conta de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta refere-se a projetos em andamento.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

Bens não de uso próprio	31/12/2015
Imóveis	1.039
Veículos e afins	14
Bens em regime especial	21
Subtotal Bens não de uso próprio	1.074
Despesas antecipadas	722
Total Outros Valores e Bens	1.796

valores em milhares de Reais

NOTA 09 – PERMANENTE**a) Investimentos**

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2015
Cooperativa Central Sicredi (i)	14.169
Sicredi Participações S.A. (i)	15.266
Outras Participações e Investimentos	3
Sicredi Fundos Garantidores (i)	3
Total	29.438

valores em milhares de Reais

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.	Sicredi Fundos Garantidores	Cooperativa Central Sicredi
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015
Número de ações/quotas possuídas	4.962.230 ON 10.303.604 PN	3 Quotas	14.169.630 Quotas
Percentual de participação	1,90%	2,17%	9,17%
Capital social	804.351	138	154.526
Patrimônio líquido	874.462	193.717	155.966
Lucro líquido do exercício	62.184	-	-
Valor do investimento	15.266	3	14.169

valores em milhares de Reais

b) Imobilizado de uso e intangível

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2015		
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido
Imobilizações em curso	-	690	-	690
Instalações	10%	6.612	(1.912)	4.700
Móveis e equipamentos de uso	10%	6.260	(2.072)	4.188
Sistema de comunicação	10%	429	(86)	343
Sistema de processamento de dados	20%	6.768	(3.030)	3.738
Sistema de segurança	10%	901	(283)	618
Sistema de transporte	20%	436	(165)	271
Imobilizado de Uso (i)	-	22.096	(7.548)	14.548

Intangível (ii)	11.069	(4.139)	6.930
Investimentos Confederação	11.069	(4.139)	6.930
Total do Imobilizado de Uso Intangível	33.165	(11.687)	21.478

valores em milhares de Reais

(i) Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior aos praticados pelo mercado.

(ii) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 10 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2015			Total
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Depósitos à vista	124.416	-	-	124.416
Depósitos a prazo	16.819	21.288	532.649	570.756
Total	141.235	21.288	532.649	695.172

valores em milhares de Reais

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

Obrigações por repasses interfinanceiros	31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Crédito Rural	230.593	16.920	247.513
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	230.593	16.920	247.513
Total	230.593	16.920	247.513

valores em milhares de Reais

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de 1,5% a.a. até 8,75% a.a. com vencimento de 02/01/2016 até 15/06/2019.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Obrigações por empréstimos	31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos no país - outras instituições	11.223	-	11.223
Cooperativa Central Sicredi	11.223	-	11.223
Total	11.223	-	11.223

valores em milhares de Reais

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,041572% a.m. com vencimento em 17/03/2016.

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total
Cheques administrativos	15.214	-	15.214
Obrigações por convênios oficiais	9	-	9
Obrigações por prestação de serviço de pagamento	883	-	883
Provisão para pagamentos a efetuar	9.360	-	9.360
Provisão para passivos contingentes (i)	4.397	-	4.397
Credores diversos - país (iii)	20.482	-	20.482
Outras dívidas subordinadas (ii)	-	13.939	13.939
Total	50.345	13.939	64.284

valores em milhares de Reais

(i) A conta 'Provisão para passivos contingentes' recebe, além dos registros detalhados na nota explicativa seguinte (Passivos Contingentes), o registro das provisões sobre as Coobrigações da Cooperativa no valor de R\$ 2.900 mil.

As provisões sobre coobrigações assumidas pelas singulares na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco Cooperativo Sicredi S.A., estão registradas na rubrica 4.9.9.35.90-9 – Provisão para Passivos Contingentes - Outros Passivos, e foram constituídas com base nos mesmos critérios preconizados na Resolução 2682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi S.A, com o objetivo de alavancar as operações de crédito .

(iii) A conta Credores Diversos - país, está assim composta:

Credores Diversos - País	31/12/2015
Parcelado Lojista	8.833
Agenda cartão Visa a pagar	6.963
Outros	4.686
Total	20.482

valores em milhares de Reais

NOTA 14 – PASSIVOS CONTINGENTES

Esta Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2015	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2015
Trabalhista	811	239	(482)	568
Cível	241	795	(107)	929
Tributária	1.837	836	(11)	2.662
Total	2.889	1.870	(600)	4.159

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor estimado de perda	Valor Provisionado	Saldo em 31/12/2015
Trabalhista	Provável	568		568
Trabalhista	Possível	20		-
Cível	Provável	929		929
Cível	Possível	866		-
Tributária (i)	Provável	413		413
Tributária	Possível	450		-
Tributária (ii)	Remoto	-		2.249
Total		3.246		4.159

valores em milhares de Reais

(i) A provisão de contingência tributária de R\$ 413 mil está registrada como Provisão Riscos Fiscais - Obrigações Fiscais e Previdenciárias.

(ii) A Cooperativa possui o processo de nº 5000041-11.2012.4.04.7016, onde busca junto ao Poder Judiciário uma forma de comprovar a ilegitimidade do processo da União contra a Cooperativa. Mensalmente era realizado depósito judicial referente ao valor de INSS a recolher das Cooperativas de Trabalho, em contra partida era feito a provisão do valor depositado judicialmente, o qual deixou de ser realizado após o julgamento do Recurso Extraordinário nº 595.838/SP que declarou a inconstitucionalidade da contribuição. O valor provisionado é de 2.249 mil e está registrado como Provisão Riscos Fiscais - Obrigações Fiscais e Previdenciárias.

Em janeiro de 2014 a alíquota da contribuição ao SAT foi alterada de 1% para 2% sobre a folha, visando atender ao disposto no Decreto nº 6.957/2009. Em abril de 2015 passou-se a recolher, para todas as entidades do Sicredi, a contribuição previdenciária relacionada ao INCRA, que corresponde a 0,2% sobre a folha de acordo com a jurisprudência administrativa e judicial. A Cooperativa possui o processo em andamento AI 10935.722935/2013-86 relativo ao SAT/RAT referente ao período de 01/2010 a 12/2012, sendo o valor de contribuição desse período foi provisionado e aguarda conclusão do processo para o recolhimento. Os valores dos períodos não contemplados no processo anteriormente citado, foram recolhidos em novembro, ademais, tais alterações não ocasionam impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2015
Capital Social (valores em milhares de Reais)	89.120
Total de associados	86.946

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 8,65% em Capital, no montante de R\$ 6.900 mil.

Calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC, neste exercício o seu pagamento foi considerado dedutível na apuração do imposto de renda e da contribuição social conforme prevê o parágrafo único, artigo 49, da Lei nº 4.506/1964 combinado com o artigo 348, II, do Decreto nº 3000 de 1999. Para tanto, a despesa financeira, passou a ser classificada como ato não cooperativo em 2014.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP, destinou suas sobras conforme o estatuto, sendo que 65% foram destinados para Reserva Legal e 5% para FATES.

NOTA 16 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2015 a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 6.389 mil, registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais” e transferida para a Reserva Legal.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº 4.434/15).

NOTA 17 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com partes relacionadas, abaixo apresentamos as operações realizadas com as Centrais e Confederação:

	31/12/2015
Ativo	
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 03d)	521.549
Diversos	3.708
Investimentos (Nota 09a)	14.169
Intangível (Nota 09b)	6.930
Passivo	
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 12)	11.223
Provisões para pagamentos a efetuar	761
Credores Diversos	157
Receitas	
Outros ingressos e receitas operacionais	59.596
Despesas	
Operações de Empréstimos e Repasses	1.384
Outros Dispêndios e Desp. Administrativa	1.300
Outros Dispêndios Despesas Operacionais	10.832

valores em milhares de Reais

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2015	% em relação ao total
Depósitos à vista	275	0,22%
Pessoas físicas	275	
Depósitos a prazo	2.362	0,41%
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	2.362	
Operações de crédito	5.150	0,85%

valores em milhares de Reais

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2015
Pessoas chave da administração	2.489

valores em milhares de Reais

NOTA 18 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Deste item na Demonstração de Sobras ou Perdas o valor de R\$ 58.212 mil refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ.

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta os seguintes valores: R\$ 9.295 mil refere-se ao rateio das despesas da Confederação Sicredi; R\$ 1.267 mil refere-se ao valor de Contribuição à Sicredi Fundos Garantidores e R\$ 956 mil refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ.

NOTA 20 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

Coobrigações em garantias prestadas	31/12/2015
Garantias prestadas em operações de associados (i)	256.152
FINAME - Agrícola, Banco Sicredi, BRDE	95.014
Moderagro	33.355
Pronaf	76.987
Outros	50.796
Coobrigações em cessões de crédito	6
Total	256.158

valores em milhares de Reais

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes.

NOTA 21 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2015, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

NOTA 22 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

Moacir Niehues
Diretor Executivo
CPF: 969.145.139-53

Alisson Schach
Diretor de Operações
CPF: 024.281.579-06

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72